

Cultura e Sustentabilidade

Emanuel Sancho (*)

É a palavra da moda - uma caixa onde quase tudo cabe. Os ambientalistas adotaram-na há muito na sequência do uso abusivo e irreversível dos recursos naturais. Os economistas referem-se à explosão do binómio produção-consumo verificado no último quarto do século XX. Os liberais usam-na como escudo e arma contra tudo o que se move. Nas últimas décadas, o conceito evoluiu, sendo peça chave de documentos fundamentais para os nossos dias (ex. Agenda 21/ONU). Desmontado, segundo o conceito oficial, resulta em três dimensões (social, económica e ambiental) a que alguns pretendem, nos últimos anos, acrescentar-lhe mais duas (política e cultural). A natureza sistémica da Sustentabilidade assemelha-se a uma balança de vários pratos em permanente equilíbrio instável – tudo em nome de um amanhã mais justo.

De que maneira as teorias da sustentabilidade se aplicam ao setor da cultura? Terá ela que se preocupar com o assunto? Será justo considerar uma relação direta entre o investimento financeiro (económico), por exemplo, numa estrutura cultural e a sua relevância para a vida das pessoas (social, cultural)? Será eticamente aceitável o consumo energético desproporcionado (económico, ambiental) na sua relação com o nível de utilização (social, cultural)? Que tipo de exemplo estaremos a transmitir às novas gerações (política) se não utilizarmos os recursos humanos e energéticos de forma racional (ambiental)? O nível de utilização, a participação das pessoas não poderão, por si só, contribuir para a sustentabilidade económica? Não será muitas vezes apenas a força dos dinheiros públicos a manterem estruturas em funcionamento quando a sua sustentabilidade social já não o justifica? A intervenção do Estado cria desequilíbrios ou corrige-os?

Alguma cultura nunca teve de se preocupar com *sustentabilidades*. Quase sempre estatal, municipal ou fortemente subsidiada, sempre aceitou sua natureza dependente. Esta condição, que aconselha contenção no discurso e moderação nas ideias, amansou-lhe os ímpetos em troca do conforto e da estabilidade – do ordenado ao fim do mês e dos financiamentos certos. Qual o papel e os limites do Serviço Público? E o da Cultura Oficial?

Não parece haver dúvidas de que o Estado tem responsabilidades inalienáveis. Arquivos, bibliotecas e alguns museus, por exemplo, vivem nos limites da educação formal e são exemplos inquestionáveis de serviço público. Outros museus (museologia social), algum teatro e o associativismo em geral, situam-se claramente no lado de cá da cultura. Necessitam de um espaço de liberdade de expressão e de intervenção política só possível num contexto de autonomia, independência ou distanciamento em relação aos poderes político e económicos.

Finalmente, na base da estrutura encontramos o associativismo: a última e a mais determinante reserva de poder e liberdade dos cidadãos – força política, empreendedora e geradora de protagonismo social. Por ser potencialmente incómoda para o poder político-partidário, temos vindo a assistir ao seu progressivo esvaziamento, provocado por uma ação invasiva e paternalista do poder político que a visa manter numa situação de eterna menoridade e dependência.

A instabilidade e os períodos de crise geram frequentemente mudanças. Talvez seja necessária uma clarificação dos papéis e dos limites. Passo a passo...

(*) Director do Museu do Trajo de São Brás de Alportel. Membro da Direção da AGEAL